

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

MARIANA ELIZABETH BARANCELLI BETTO¹; MARCELO NUNES APOLINÁRIO³

¹*Universidade Federal de Pelotas – nana_barancelli@hotmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – marcelo_apolinario@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa é exposta a situação da mulher frente à sociedade civil, e um especial, no âmbito da política. Sob a análise de Simone de Beauvoir, não se nasce mulher, torna-se mulher. (BEAUVOIR, 2009). No aspecto de que é preciso enfrentar ainda muitos desafios na busca em igualdade de direitos na sociedade em que se vive. A autora aponta desde diferenças biológicas, psíquicos e econômicos que transformam, desde épocas remotas, o feminino no segundo sexo. Na política, que é o caso tratado no artigo, ela ainda é minoria e encontra dificuldades tais como reconhecimento e espaço no âmbito do poder. Com percentuais em torno de dez por cento o caminho rumo à equiparação entre homens e mulheres na política se faz longo. A dificuldade da mulher para o acesso a cargos e posições elevadas, ou até, salários equivalentes faz-se ainda uma realidade e revela um quadro grave de sub-representação feminina no Brasil. (ALVES, 1991).

Os movimentos feministas foram de extrema importância, de forma especial os anos 60 com fatores tais como a modernização do país e influência exterior que trouxeram debates interessantes sobre o tema e um aspecto de maior visibilidade ao problema. Através de tais fatores os movimentos feministas começaram a se fortalecer. Exemplo disso foi a Congresso Mundial no México, a Declaração do Ano Internacional da Mulher em 1975. Em encontros, em sua maioria, camuflados pela repressão ditatorial imposta e vivida, porém um estopim de marco no começo de mudanças com teor concreto. (SARTI, 2009). Era preciso não apenas ir contra o Estado e regime impostos, mas também de um sistema patriarcal e machista. Com esse ideal, algumas das principais representantes da época como Ivete Vargas, Nita Costa, Lygia Maria Lessa Bastos, entre outras, surgiram na representação política nacional da época. (TABAK, 1989).

Atualmente os dados ainda se mostram baixos frente à representação populacional de grande escala feminina no Brasil, mesmo sendo a mulher maioria em termos populacionais no Brasil. Ações afirmativas, como cotas, facilitam a entrada e o incentivo da maior participação feminina. Mostra-se de grande valia, aliado a outros elementos associativos como o acesso a recursos de financiamento de campanha, garantia de maior abertura em espaços de partidos políticos para a atuação das mulheres, assecuração em lei de ações punitivas aos partidos que não cumprem o que determinam as ações positivas, entre outras medidas. Na inclusão, conscientização e entrada das mulheres no poder. (GRAZZIOTIN, 2013). Não se trata de querer a sobrevalorização de um gênero sobre o outro, mas a igualdade fundamental defendida e intrínseca na base da Declaração dos Direitos Humanos.

É a busca de reparação de centenas de anos de desvalorizações, subestimações, censura. Apostando no potencial, muitas vezes, desacreditado, que este trabalho teve sentido e persegue, neste sentido, à luz do potencial da pesquisa e informações atuais, mostrar o valor e buscar incentivo à luta feminina e à maior participação da mulher em todos os âmbitos da vida humana.

2. METODOLOGIA

O método utilizado no referido artigo baseia-se em sua maioria por pesquisas qualitativas de informações encontradas, em grande parte, livros, artigos, vídeos e sites do governo Federal. Importando a compreensão humana, e valores tanto éticos quanto sociais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado a que chegou o presente artigo é o de que a mulher atual está mais consciente e engajada em seu potencial e na procura por melhores condições de vida, e se mostra, na maioria das pesquisas, interessada em saber sobre aspectos políticos de seu país, o que mostra uma área fértil para a concretização de ocupação e gerenciamento de cargos públicos.

4. CONCLUSÕES

O tema da pesquisa, sobre a participação, cotas para mulher ao parlamento surge em momento em que se debate o protagonismo feminino na sociedade brasileira. Discussões aprofundadas, momentos de consideração por parte dos três poderes e cidadãos, em direção e almejando a reforma política - pauta essa que se encontra em destaque e chave de muitas respostas sociais – e que, infelizmente, se arrasta a alguns anos e demora a se fazer concretizar.

A ideia que esteve e deve estar presente na realização da pesquisa realizada não é, nem deve ser a de uma sobreposição de gêneros, ou a de rivalidade de sexos para se dizer quem dos gêneros melhor qualificado para estar nos cargos políticos. Trata-se de, através do diálogo, estruturas coerentes dialéticas acerca de pessoas capazes e diversas para gerir e opinar. Não somente isso, a necessidade de diversidade no poder deve vir de todas as partes. Chega-se a conclusão que a necessidade de a participação mais efetiva da mulher no parlamento é a realidade necessária, porém, a urgência de qualificação da mesma também se faz urgente. De nada adianta o preenchimento de vagas sem um apoio estrutural, educativo, conscientizador e de inclusão das mesmas. A tomada de consciência faz-se elemento primordial para a estruturação de um país. É preciso levar em consideração a luta de tantas mulheres, dentro da história, e também aquelas que lutam no dia-a-dia por reconhecimento que a sua maior valorização. Imprescindível a mulher ser livre, poder ser feminina, sem temor em perder sua individualidade como ser ou competência pelo mesmo. Que ela possa agir livremente com seus ideais como ser humano sem ser subestimada ou desvalorizada pelo que é. Assim existirá uma construção fidedigna da Carga Magna Brasileira, e, sobretudo, da almejada equidade entre cidadãos no corpo social brasileiro, e quiçá, mundial. (KOKAY, 2013).

Embora o espaço de participação e devida atenção a mulher esteja se encaminhando à propostas mais sólidas, ainda existe muito caminho a ser trilhado para a verdadeira conclusão de propostas rumo à igualdade e efetivação democrática de direitos. Algumas ideias básicas que entornam o tema referem-se à reforma política em si. O sistema de cotas é um ótimo aliado e tem se mostrado uma ajuda valiosa, porém não se mostrando suficiente nos atuais contextos é preciso a

utilização de mais recursos, como o uso de listas fechadas e regras de alternância de gênero, financiamento democrático e igualitário, desenvolvimento de ações e busca na conscientização, formação e capacitação de mulheres, tornando desejável e mais que isso, prazeroso, o ideal político de governança, se mostram de grande valia para traçar um retrato mais fidedigno e condizente com a pluralidade que é característica do nosso país. (GRAZZIOTIN, 2013).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo Sexo*, 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

TABAK, Fanny. *A Mulher Brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989.

TABAK, Fanny. *Autoritarismo e Participação Política da Mulher*. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1983.

ALVES. Branca Moreira. *O que é feminismo*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1985.

ALVES. Branca Moreira. *Ideologia e feminismo*. Editora Vozes: Petrópolis, 1980.

Câmara dos Deputados. *Cota para Mulheres no Parlamento*. 05 de agosto de 2013.

Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/448416-DEP.-ERIKA-KOKAY-\(PT-DF\)-CONVERSA-SOBRE-A-COTA-PARA-MULHERES-NO-PARLAMENTO.html](http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/448416-DEP.-ERIKA-KOKAY-(PT-DF)-CONVERSA-SOBRE-A-COTA-PARA-MULHERES-NO-PARLAMENTO.html) Acesso em outubro de 2014.

“Mais Mulher na Política, tome partido!” Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496489> Acesso em junho de 2015.